

GLOSAS CRÍTICAS SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM UMA CONJUNTURA DE CONTRARREFORMA DO ESTADO

Angely Dias da Cunha¹

RESUMO

O artigo em questão tem o objetivo de analisar a política de educação em um contexto de crise estrutural do capitalismo monopolista, no qual o Estado passa a encabeçar uma contrarreforma no ensino superior desmontando as conquistas presentes na Constituição Federal de 1988. Esse contexto é marcado por um conjunto de transformações societárias iniciadas na produção e no mundo do trabalho cuja consequência para educação é formar um perfil profissional adequado para atender as exigências do mercado. Baseado no discurso do capital humano, o Estado atua na formação de um perfil profissional, polivalente, técnico e pragmático. O método utilizado é o crítico-dialético a partir das categorias heurísticas: contradição, historicidade, totalidade e mediação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa oriunda de uma revisão bibliográfica. O período de realização da pesquisa foi entre agosto de 2017 e março de 2018, e em um primeiro momento o debate versará sobre a crise estrutural do capitalismo monopolista e a educação e no segundo momento tem-se os resultados e, seguidamente, as considerações finais. Como resultado pontua-se que a educação na crise estrutural do capitalismo assume uma importância significativa na reprodução do capital com o agudizamento do capitalismo financeiro e as não crescentes taxa de lucro. Com o aprofundamento da crise estrutural e suas subsequentes crises cíclicas, as estratégias adotadas têm sido pelos cortes dos direitos sociais e a mínima participação do Estado nas decisões econômicas, isso tem provocado aumento da desigualdade social e um processo de concentração e centralização do capital.

Palavras-chave: Crise estrutural; Contrarreforma do Estado; Transformações societárias; Política de educação.

INTRODUÇÃO

As transformações societárias em curso fazem parte de um pacote de orientações elaboradas pela classe dominante para conduzir o processo de reestruturação do capital em um contexto de crise sistêmica. Como parte integrante dessas orientações, o Estado como comitê executivo da burguesia passa a reconduzir sua funcionalidade mediante transferência de fundo público para iniciativa privada e programas de socorros econômicos.

Nessa dinâmica, as políticas sociais assumem seus papéis dentro da reprodução do capital com foco na extrema pobreza e programas de transferência de renda, enquanto por

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Docente da Pós-graduação na Faculdade Ademar Rosado- FAR e do departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Conservadorismo e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social. E-mail: gelly.cunha@hotmail.com

outro lado acontece um aprofundamento da invasão privatizante nas políticas até então, após constituição de 1988, com propostas universalizantes.

A política de educação como um mecanismo de propagação ideológica, além de sofrer corte na esfera pública e expansão no campo privado vem sendo orientada para condução dos seus currículos por meios de contrarreformas universitárias em concordância com o pensamento conservador e as indicações dos organismos internacionais.

Isso vem acontecendo no Brasil desde a autocracia burguesa marcada pelo o que o Florestan Fernandes vai chamar no seu livro *Revolução Burguesa no Brasil*, de modernização conservadora, na qual a educação orientada pelas pautas defendidas no pacto de Bolonha tem um direcionamento de combate à perspectiva crítica e a educação voltada para emancipação humana. Em gerais a tentativa de reestruturação do capital em contexto de crise do capital na sua fase monopolista tardia, transforma a educação em mercadoria e em mecanismo propício para transmissão dos valores burgueses, haja vista a manutenção do consenso e do “status quo”.

Sendo assim, o **objetivo** do artigo é analisar a partir das transformações societárias a contrarreforma do Estado e seus desdobramentos para política de educação, tendo como recorte os desmontes dos direitos sociais e a lógica imposta de reestruturação do capital em uma crise estrutural rastejante, global, endêmica, cumulativa, permanente e crônica. Diante disso, os objetivos específicos voltaram-se para apreender as mediações sobre a política de educação na particularidade brasileira; analisar as contrarreformas educacionais como uma estratégia ideológica em um momento de crise do capital e identificar o direcionamento ideológico e teórico imposto pela lógica produtivista e mercadológica para educação.

1. METODOLOGIA

A presente pesquisa está alicerçada no método crítico dialético e nas suas categorias heurísticas, da contradição, historicidade e totalidade. Trata-se de uma análise resultante de uma pesquisa mais ampla no mestrado em Serviço Social intitulada *Tendências teórico-metodológicas na formação profissional no ensino à distância*.

O primeiro momento da pesquisa exposto nesse artigo fundamenta-se como uma revisão bibliográfica sobre a contrarreforma do Estado e os desdobramentos para educação, é uma pesquisa baseada no desvendamento da realidade para além do aparente, no concreto-pensando como finalidade de entender o objeto no real.

O período de realização da pesquisa foi entre julho de 2017 a janeiro de 2018. No primeiro momento foram levantados estudos sobre as crises do capital nos clássicos produzidos pelo José Paulo Netto, István Mészáros e Karl Marx. Em seguida o estudo voltou-se para a contrarreforma do Estado na particularidade brasileira, compreendendo o Estado como comitê da burguesia, mas também como espaço de disputa da luta de classe dentro da sociedade civil.

O terceiro momento buscou levantar bibliografias e dados sobre a educação e sua funcionalidade para a produção e reprodução do capital. Após esse percurso, essa pesquisa tem o propósito de fazer uma síntese analítica relacionando, de acordo com o método, o movimento dialético da realidade por meio da relação com a universalidade, singularidade e a particularidade. Refere-se a uma pesquisa quati-qualitativa, ou seja, que pretende responder as questões particulares sobre a realidade que não podem ser quantificadas, mas considera os dados quantitativos para que seja possível analisar o objeto.

2. CAPITALISMO MONOPOLISTA EM CRISE E A EDUCAÇÃO SUPERIOR

Na atual conjuntura, vivenciamos o acirramento da luta de classes, com a superexploração da força de trabalho tendo em vista o desemprego estrutural, a redução dos direitos sociais, reformulação e a focalização das políticas sociais a partir de uma perspectiva neoliberal que diminui o Estado para classe trabalhadora e flexibiliza os direitos sociais por meio de reformas neoliberais de cunho contrarreformista (BEHRING,2007).

Diante disso, a primeira questão importante a pontuar sobre os impactos da crise do capital sobre a formação profissional das profissões, é que para se reestruturar da crise atual², o capital demanda um perfil profissional que responda favoravelmente a flexibilização da economia e do mundo do trabalho.

O perfil de trabalhador requerido nesse quadro de competitividade é aquele que consegue se adaptar as constantes mudanças e as situações cada vez mais precárias de trabalho, intensificando assim, o individualismo e imediatismo de sua ação profissional.

Resultando, portanto, em um trabalhador que seja polivalente e que se sinta parte da empresa. Nessa conjuntura, para Guerra (2010) o trabalhador que tem se mantido no mundo

² Crise esta, oriunda da crise estrutural do capital iniciada na entrada dos anos setenta, que levou ao fim do modelo de Bem-estar social e que se perdura até os dias atuais. Uma crise do capital global que afeta não apenas o seu aspecto financeiro/monetário, mas todas as suas dimensões fundamentais, colocando em questão sua viabilidade como sistema reprodutivo social.(PIMENTEL, 2012)

do trabalho “não é aquele que oferece resistência à precarização e perda de direitos, mas o que apesar delas ainda se mantém”.

A empregabilidade no contexto do desemprego estrutural, contraditoriamente, é tida como responsabilidade dos trabalhadores. Ao invés de políticas públicas de emprego, os trabalhadores que não conseguem se inserir no mercado de trabalho são responsabilizados pela sua “incompetência” ou baixa qualificação profissional. Nesse sentido, muitos aderem a cursos de curto prazo, tecnicistas e sem qualidade como tentativa de se “qualificarem” para o mercado, o qual a cada dia torna-se mais competitivo e exigente.

Nesse lastro, podemos afirmar que os anos que sucederam a Constituição Cidadã de 1988 foram marcados desde seus primeiros passos pela afirmação ideológica de que o Estado brasileiro não tinha fundo público para financiar as políticas sociais, que a prioridade seria o pagamento da dívida externa, sendo inviável cumprir com os direcionamentos da constituição. Logo, o Estado em sua postura neoliberal transfere suas responsabilidades das políticas sociais para o setor privado, e a educação, em especial superior, nos anos que marcam os governos do Fernando Henrique Cardoso até o de Michael Temer passa por um processo de expansão, mercantilização e precarização na educação pública. Processo esse acompanhado por uma fragmentação do tripé ensino-pesquisa-extensão, com ênfase apenas no ensino e com uma proposta de perfil profissional destinado ao mercado de trabalho.

Assim, essa “mercadorização” da educação fortalece um desmonte do maquinário estatal em função da elevação do poderio capitalista. O que significando além da recessão dos direitos sociais a ampliação do assistencialismo, competitividade; individualismo, refilantropização, desemprego estrutural e fragmentação.

Essa cena retira a educação da concepção de direito social e a coloca como mercadoria, pois:

A proposta do governo para a educação, bem como para outras áreas que compõe o sistema de proteção social no país, põe em questão a noção do direito social porque o projeto do governo para a educação superior e o conjunto de contra-reformas como a sindical, trabalhistas, sanitárias e a previdenciária, têm um só eixo: diluir a fronteira entre o público e o privado(PINTO,2007,p.18)

De acordo com Guerra (2010, p. 12) isso ocorre por que:

O novo padrão de produção, resultante do enfrentamento do capitalismo à sua crise profunda, impõe novas configurações na relação público/privado, de modo que o formato da educação superior no Brasil prescinde da análise dessa relação, na qual os novos que marcam e educação são expressão do movimento do capital rumo à recuperação de sua taxa de lucro.

Esses fatores precisam ser entendidos dentro de um processo macrosocial demarcado por uma crise estrutural que em seu processo de reestruturação impõe metamorfoses no mundo do trabalho exigindo um “novo” perfil profissional, que tenha como característica a polivalência e que respondam as demandas de forma imediata e tecnicista.

Essa tecnificação, mercantilização e desprofissionalização tem uma relação dialética com as propostas dos organismos internacionais para a educação, no sentido de contribuir com o processo de extração de mais-valia e acumulação do capital, além disso, manter a “incapacidade” do (a) trabalhador (a) em se reconhecer como produtor da mercadoria.

Assim, para Marx no “capitalismo tudo vira mercadoria e meio de extração de mais-valia, até mesmo o próprio homem”, nessa lógica Netto (2011) aponta que o capitalismo em sua fase monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxista. Ou seja:

O capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estados. A solução monopolista é a maximização dos lucros pelo controle dos mercados. Assim, para efetivar-se, demanda mecanismos de intervenção extra-econômicos. Daí a refuncionalização e o redimensionamento da instância por excelência do poder extra-econômico, o Estado (NETTO, 2011, p.24)

Nesse lapso temporal, em consonância com os organismos internacionais, a exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), aprofundou-se no plano político e econômico do Estado o ideário neoliberal como resposta a suposta “crise fiscal”, reforçando-se a defesa do “estado mínimo”, que na prática constituiu-se em “mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital”.

Dessa maneira, esse ideário que tem seus pilares fundamentais centrados nos ajustes econômicos e, para as políticas sociais, o trinômio privatização-focalização-descentralização, materializou-se na supremacia do mercado, na cultura anti-Estado e, sobretudo, na desqualificação da política e da democracia, resultando no que Behring e Boschetti (2011) denominaram de contrarreforma do Estado³. Contrarreforma esta que teve como marco no Brasil o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, formulado pelo Ministério da

³ Denomina-se contrarreforma pelo seu caráter regressivo do ponto de vista da classe trabalhadora. Bering (2007) utiliza esse termo para tratar do processo de “desestruturação do Estado e perda de direitos” Há, pois o uso indevido do termo reforma pelos adeptos da corrente neoliberal. A palavra reforma é apropriada as ações de contestação á hegemonia do capital, na intenção de ampliar o espaço democrático, na garantia de direitos e redução das desigualdades e no caso brasileiro aconteceu o contrário houve a regressão e enxugamento de tais direitos. (BERING; BOSCHETTI, 2011, p. 148-149).

Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), especificamente pelo então Ministro Bresser Pereira – 1995. (BEHRING, 2007).

Nesses termos, o Estado passou a adotar uma perspectiva de racionalização do gasto público, deixando de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social para se tornar seu promotor e regulador, transferindo para a esfera privada as atividades que antes eram suas. Evidencia-se, assim, a desregulamentação e redução dos direitos sociais e trabalhistas, o desmonte notadamente da Seguridade Social no país.

Na educação, especificamente, no ensino público superior as expansões e mercantilização dos programas estudantis é fruto desse processo de contrarreforma do Estado que encabeça uma contrarreforma universitária na política de educação, sendo estes expressos no REUNI, PROUNI, FIES e nos EAD's.

Essa conjuntura tem seus rebatimentos na relação teóricos-práticos para formação em serviço social, pois o sucateamento da educação pública presencial tem inflexionado na qualidade do ensino e na saúde docente e discente. O processo de precarização do trabalho docente, a superlotações das salas de aulas acompanhada da falta de investimento e uma lógica mercadológica imposta pela produtividade levam a um processo de adoecimento docente e discente que tem suas inflexões para formação profissional.

Esse contexto é ainda mais agravado no final dos anos 90 até a contemporaneidade, onde o capital em sua forma mais primitiva do processo de barbarização passa a investir fortemente em terrenos férteis que proporcione um “adestramento” mental nos (as) trabalhadoras (es). A educação nessa lógica passar a ser usada como mecanismo de extração de mais-valia pela via do setor privado e responsável por esse “controle” no nível da consciência exigindo uma formação profissional e uma atuação profissional que não tem a capacidade de analisar criticamente a realidade em um contexto de crise do capital monopolista.

Essa crise no capitalismo monopolista trouxe limites para o processo de acumulação e redistribuição do capital em âmbito mundial, a produção e o consumo tornaram-se supérfluo e as ondas longas que representam a expansão encontram limites na própria contradição do modo de produção.

As crises são oriundas e elimináveis do capitalismo e a cada momento como esse, é iniciado um processo de recuperação que afetam todas as esferas, sejam na estrutura- como no mundo do trabalho; sejam na superestrutura- como na ideologia, Estado e as relações sociais. Compreender como o Estado através da implementação de contrarreformas nos direitos sociais tem impactado na política de educação, nos faz ir aos alicerces da contradição capital

X trabalho e a lei geral da acumulação capitalista. Pois, as crises e as estratégias para superação delas têm esses fatores como determinantes (ANTUNES, 2011).

A política de educação na particularidade brasileira é alicerçada numa formação sócio-histórica pautada na elitização, cuja base ideológica tem sido a conservação do “status quo”. Por não ter passado pela revolução clássica e a entrada do país no desenvolvimento capitalista ter acontecido pela via prussiana, às reformas que aconteceram foram por meio de acordos entre as frações da classe dominante e do “alto” para “baixo” (FERNANDES, 1987).

Nesse contexto, a educação diferente das outras políticas, a princípio não surgiu para amenizar as expressões da questão social, tão pouco para atender demandas da classe trabalhadora, seu público era a elite. Com o próprio desenvolvimento do capitalismo no país e a chegada dos imigrantes em conjunto com as primeiras reivindicações da classe trabalhadora em um contexto de industrialização, teve-se a necessidade de qualificar a mão-de-obra para o mercado de trabalho, para atender essas exigências os currículos educacionais volta-se para a técnica, o pragmatismo e a focalização.

A submissão do Estado brasileiro aos ditames internacionais é uma característica presente em todo o período histórico e as modificações no capitalismo chegam aos países periféricos de forma perversa, isso vai desdobrar em toda superestrutura. O Estado adota medidas de reformas, que na verdade são contrarreformas para a classe trabalhadora. Após a crise estrutural do capital, que assume feição no Brasil em 1990, as propostas são de ajustes fiscais em consonância com os organismos internacionais, a exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), com isso aprofundou-se no plano político e econômico do Estado o ideário neoliberal como resposta a suposta “crise fiscal”, reforçando-se a defesa do “estado mínimo”, que na prática constituiu-se em “mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital”.

Dessa maneira, esse ideário que tem seus pilares fundamentais centrados nos ajustes econômicos e, para as políticas sociais, o trinômio privatização-focalização-descentralização, materializou-se na supremacia do mercado, na cultura anti-Estado e, sobretudo, na desqualificação da política e da democracia, resultando no que Behring (2003) denominou de contrarreforma do Estado.

Contrarreforma esta que teve como marco no Brasil o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, formulado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), especificamente pelo Ministro Bresser Pereira – 1995. Baseada na ideologia neoliberal a contrarreforma do Estado no campo educacional caminhou para seu aprofundamento nos governos neodesenvolvimentistas, com programas voltados para

ampliação do acesso à educação – como o PROUNI, REUNI e o FIES – concomitantemente com expansão da educação privada em detrimento da educação pública, os programas voltados para as universidades floresceram o processo de precarização das estruturas e do trabalho, a qualidade deu espaço a quantidade.

Na esfera privada o foco foi na transferência de recurso público para alimentar a financeirização e no endividamento da classe trabalhadora até então sem acesso a educação, que concluíram seus cursos e voltaram ao “exército industrial de reserva”, endividados. Essa orientação de ampliação da educação fez parte de uma necessidade provocada pelo processo de produção pautado na substituição do homem pela máquina. Foi preciso um perfil profissional técnico, polivalente e qualificado típico de um modelo de acumulação flexível, informal e desregulamentado.

Com o golpe e o avanço da onda conservadora, a educação em conjunto com o processo produtivo enfrentam transformações societárias com novas particularidades. Uma classe trabalhadora fragmentada e partidos de esquerda defensores de uma ideologia pós-moderna – que fortalece o pensamento conservador por não fazer críticas radicais e por defender pautas pontuais e conectadas em redes. Além disso, o processo de produção marcado pelo contexto de uma crise estrutural pautado em uma extração de mais-valia absoluta em conjunto com a mais-valia relativa, com o incremento da tecnologia, encontra limite próprio do capitalismo.

E as extrações de mais-valia absoluta em conjunto com o aumento da superpopulação absoluta é a tendência da face da barbarização. A educação nessa conjuntura passa a assumir as características da ideologia conservadora do capital em crise, através de projetos voltados para o combate a perspectiva crítica – como exemplo, escola sem partido e a reforma do Ensino Médio – e de cortes ainda mais profundos nos recursos públicos – como exemplo, a PEC 55.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A problemática em questão é que a educação na crise estrutural do capitalismo assume uma importância significativa na reprodução do capital com o agudizamento do capitalismo financeiro e as não crescentes taxa de lucro. Com o aprofundamento da crise estrutural e suas subsequentes crises cíclicas, as estratégias adotadas têm sido pelos cortes dos direitos sociais e a mínima participação do Estado nas decisões econômicas, isso tem provocado aumento da desigualdade social e um processo de concentração e centralização do capital.

Significa uma recondução do Estado dentro da produtividade flexível e a exigência de um perfil profissional voluntarista e polivalente. Essa cultura da crise baseada no empreendedorismo e no cidadão colaborador impulsiona a educação privada a acreditar na transformação social de iniciativas individuais dentro de uma crítica romântica ao capitalismo, concomitante com uma formação direcionada para o mercado.

Ademais, a educação como mercadoria, tem valor de uso – na medida em que é uma necessidade humana para o desenvolvimento das relações sociais e do próprio homem enquanto ser social – e valor de troca – quando entra no circuito financeiro da sucção direta da mais-valia, pela via do pagamento de mensalidades feito pelos trabalhadores assalariados, bem como pela transferência de fundo público através do Estado. Portanto, com base no exposto essa pesquisa tem a pretensão de contribuir com uma educação para além do capital, busca impulsionar outros pesquisados para aprofundar a temática.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais conclui-se a importância de aprofundar o debate teórico em torno do ensino superior, os desafios e as possibilidades que perpassam o processo de ensino-aprendizagem e ao mesmo tempo de lucratividade. Sendo assim, ao longo da exposição buscou-se estabelecer conexões que permitissem pensar e repensar o papel da universidade dentro da lógica da produção e reprodução do modo de produção, em especial, enquanto espaço de construção do saber (ensino, extensão e pesquisa). Além disso, na postura dos discentes e docentes que devem buscar uma educação aberta, construtiva e sem preconceitos.

Somente com esses princípios, constrói-se uma educação superior democrática, pautada no tripé do ensino. E o Estado deve assumir sua responsabilidade conforme previsto nos dispositivos legais. Dessa forma, o ensino e a pesquisa devem ser entendidos como elementos fundamentais e não como utilitário para se alcançar determinado resultado lucrativo.

5. REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?:** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social:** fundamentos e história. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, E.R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2007.

BOSCHETTI, I. Exame de proficiência: uma estratégia inócua. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 29, n. 94, p. 5-21, 2007.

DAHMER, L. Mercantilização do Ensino Superior, Educação à Distância e Serviço Social. **Temporalis: ABEPSS**, Brasília, ano 8, n. 15, p.35-52, jan./jun., 2008.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e à distância. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, n. 104., 2010.

LEWGOY, A. B.; MACIEL, A. L. S. Reflexões acerca do Ensino à Distância na Formação em Serviço Social. **Temporalis: ABEPSS**, Brasília, ano 8, n. 15, p. 67-87, jan./jun., 2008.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I.** 29ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital.** In: Outubro nº 4, São Paulo, 2000.

_____. **A educação para além do capital.** [tradução Isa Tavares] 2ed- São Paulo: Boitempo, 2012.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital.** 1ª ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Serviço Social & Sociedade.** Editora: Cortez. São Paulo, ano XVII, n.50, 1996.

LIMA, K. Contrarreforma da Educação Superior e Formação Profissional em Serviço Social. In: **Temporalis. ABEPSS**, Brasília, ano 8, n. 15, p. 17-34, jan./jun., 2011.

_____. **REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS ANOS DE CONTRAREVOLUÇÃO NEOLIBERAL: DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO A LUIS INÁCIO LULA DA SILVA.** Tese. UFF – RJ, 2008.

_____. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século **In: Katásis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2011.

_____. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: ALMEIDA, N. L. T.; PEREIRA, L. D. (orgs.). **Serviço Social e Educação.** 2 ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “NOVA QUESTÃO SOCIAL”?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. Instituto Lukács, 2ed. São Paulo, 2012.

PINTO, M. B. A. A contra-reforma do ensino superior e a desprofissionalização da graduação em Serviço Social. In; **Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço Social**, Ano 3, nº6, abril de 2007. Disponível em <http://www.assistentesocial.com.br>